

Anticapitalismo *queer*: o que restou da libertação lésbica e gay?*

ALAN SEARS**

Os trinta anos desde o desenvolvimento dos movimentos gays e lésbicos contemporâneos viram conquistas muito significativas. Em muitos dos países capitalistas mais desenvolvidos, homossexuais estão a caminho de conquistar plenos direitos civis, incluindo uma legislação de combate à discriminação, o reconhecimento de relacionamentos homoafetivos,¹ o casamento legal e uma visibilidade cultural sem precedentes. Os Estados Unidos são uma exceção parcial a essa regra, ficando atrás do Canadá e de muitos países europeus no reconhecimento de direitos da população homossexual.

Esses movimentos em direção à cidadania plena de lésbicas e gays implicam importantes mudanças no terreno das políticas sexuais. A experiência de aceitação da própria sexualidade lésbica ou gay tem assumido um caráter politizador para muitas pessoas desde a década de 1960, quando um movimento ascendente confrontou padrões profundamente enraizados de opressão política, jurídica, religiosa e cultural. Isso agora está mudando, à medida que um novo enquadramento de direitos civis atende aos objetivos políticos de muitos gays e lésbicas.

* Artigo originalmente publicado em *Science & Society*, v.69, n.1, Marxist-Feminist Thought Today (jan. 2005), p.92-112. Agradecemos a David Laibman, Editor da *Science & Society*, Guilford Press, pela autorização da publicação da tradução neste dossiê. Tradução de Olívia Cappi. E-mail: ly.cappi@gmail.com com, revisão técnica de Laura Luedy e Bárbara Castro.

** Alan Sears é professor do Departamento de Sociologia da Ryerson University (Toronto, Canadá). Email: asears@ryerson.ca

1 No original, *same-sex*. Optamos por traduzir *same-sex*, *same-sex desire* e *same-sex marriage* para homoafetivo, desejo homoafetivo e casamento homoafetivo ao longo deste artigo. (N.R.T.)

Observamos agora uma significativa despolitização do *milieu* homossexual. No entanto, ainda estamos muito longe de alcançar os ambiciosos objetivos de total emancipação sexual definidos pelo movimento radical surgido após os motins de Stonewall, em 1969. Essa desmobilização é particularmente importante diante de um movimento anticapitalista emergente em favor de justiça global e contra a pobreza que, ao longo dos últimos anos, parece estar abrindo novos espaços para uma política de transformação radical. É importante considerar os tipos de política de libertação sexual apropriados para esse movimento emergente.

Essa desmobilização acaba por deixar muitos *queers* desamparados. A consolidação dos direitos de lésbicas e gays tendeu a beneficiar alguns mais do que outros. Os grandes beneficiários foram aqueles em relações monogâmicas estáveis, com bons empregos e boa renda, frequentemente brancos e, especialmente, homens. Ao mesmo tempo, *queer people of color*,² jovens em situação de rua, gente de renda limitada, mulheres, deficientes e transgêneros foram menos beneficiados ou, em algumas situações, chegaram a perder espaço. O reconhecimento legal dos relacionamentos homoafetivos, por exemplo, significa que os beneficiários de assistência social agora têm sua elegibilidade atrelada à renda do parceiro. Os jovens em situação de rua agora são expulsos de áreas *queer* por policiais atuando em nome de residentes homossexuais que pretendem viver em bairros confortáveis de classe média. Pessoas com maior poder aquisitivo (mais homens do que mulheres) têm acesso privilegiado a espaços comercializados e estilos de vida voltados para o consumo que definem as “comunidades *queer*” visíveis. Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros *of color* são frequentemente afetados por uma invisibilidade dupla, obscurecida pelo racismo existente nas comunidades *queer*, além de serem marginalizados pela estigmatização de suas identidades e práticas homossexuais dentro de suas comunidades culturais.³

Meu objetivo aqui é contribuir para o desenvolvimento de um feminismo marxista e *queer* que ofereça ferramentas importantes para a remobilização das políticas de libertação sexual. Esse é um desafio para as perspectivas da teoria *queer*, influenciadas pelo pós-estruturalismo e pelos trabalhos de Michel Foucault, que tendem a dominar as análises contemporâneas das políticas lésbicas, gays, transgêneros e bissexuais. Essas análises da teoria *queer* trouxeram à tona os modos contraditórios como a política lésbica e gay se enredou em relações dominantes, mostrando como as conquistas de direitos civis e de visibilidade cultural podem situar *queers* em camadas mais profundas dos sistemas de poder.⁴ Não tenho o

2 Optamos por manter a expressão do texto original *people of color*, utilizada no contexto norte-americano em referência a diversos grupos racializados. Destaca-se que o autor distingue “*people of color*” de “*racialization*”. (N. T.)

3 Para um importante debate sobre essa dupla invisibilidade, veja Crichlow (2001).

4 Veja, por exemplo, Diana Fuss (1991), que joga com as ideias de “dentro” e “fora” da construção cultural de heterossexualidades e homossexualidades. Ela reflete sobre como estar “fora” (do armário), para gays e lésbicas, significa estar “dentro” – ser visível, e não mais marginalizado.

objetivo de fazer aqui uma crítica detalha à teoria *queer*, já que posso contar com as importantes contribuições de Floyd (1998), Hennessy (2000) e McNally (2000). O que pretendo fazer é contribuir para o desenvolvimento de um feminismo marxista e *queer* que volte nossa atenção às muitas dimensões da existência lésbica, gay, bissexual e transgênera que foram até então negligenciadas pela teoria *queer*, incluindo as relações de classe e as divisões de trabalho, a dinâmica de regulamentação estatal, o impacto específico da reestruturação capitalista e a lógica cultural dos processos de mercantilização.

Faço referência específica ao feminismo marxista e *queer* para argumentar que o marxismo feminista, tal como surgiu na década de 1960, é uma ferramenta necessária, mas não suficiente para a análise das políticas lésbica, gay, bissexual e transgênera contemporâneas. O traço característico das teorias marxistas-feministas é a insistência em que as dinâmicas de classe, gênero, raça e sexualidade são intrinsecamente relacionadas, mas não redutíveis umas às outras.⁵ A análise histórico-materialista da reprodução capitalista deve examinar como diferentes dimensões de desigualdade estruturada estão presentes umas nas outras (veja Bannerji, 1995). Uma compreensão adequada da formação de classe deve, portanto, ser baseada em uma rica análise das formas nas quais as relações de classe recebem gêneros, raças e sexos, assim como um exame das sexualidades deve atentar aos modos em que as relações sexuais e íntimas são definidas em termos de classe, gênero e raça.

Portanto, o feminismo marxista rejeita tanto as teorias de sistemas duais (ou múltiplos) que compreendem classe, gênero, raça/etnicidade e sexualidade como esferas distintas que se cruzam, de um lado; e, de outro, o marxismo reducionista que busca capturar toda a realidade social por meio da lente restrita da exploração de classes, como acontece nos trabalhos marxistas clássicos.⁶ O marxismo feminista ampliou os parâmetros da análise marxista ao repensar seriamente à luz do desafio posto por um movimento social emergente (nesse caso, a “segunda onda” do feminismo).⁷ As feministas marxistas nem rejeitam as premissas do marxismo, nem tampouco defendem que todas as questões importantes já foram respondidas pela sua vertente considerada “clássica”.

Talvez a maior contribuição pontual do feminismo marxista tenha sido o desenvolvimento de uma rica concepção de reprodução social, que atrela trabalho pago e não pago, Estado e sociedade civil, casa e local de trabalho em um único processo definido por relações fundamentais de desigualdade (classe, gênero, raça/etnicidade e sexualidade; veja Ferguson, 1999). A análise totalizante da reprodução social é uma ferramenta crucial para o desenvolvimento de uma política sexual emancipatória que nos ajude a compreender como os regimes de regulamentação

5 Essa é minha forma de expressar a ideia de “teoria unitária”, como visto em Vogel (1983).

6 Essa breve discussão é baseada na minha leitura de contribuições divergentes às teorias feministas marxistas desenvolvidas por Himani Bannerji (1995), Stephanie Coontz (1988) e Lise Vogel (1983).

7 Esse processo é descrito de maneira autobiográfica e histórica na introdução a Vogel (1995).

sexual mobilizam ou suprimem formas de sexualidade em momentos históricos particulares, no contexto de mudanças nas relações de produção e reprodução.

Um feminismo marxista e *queer* trabalha esse conceito de reprodução social relacionando-o à política “autóctone” de emancipação sexual desenvolvida no movimento de libertação lésbica e gay. Acredito que ele seja capaz de contribuir para o renascimento de alguns dos aspectos mais emancipatórios do movimento de libertação homossexual, explicando como os limites e as contradições presentes nas conquistas alcançadas desde 1969 estão atrelados a uma dinâmica específica de reprodução capitalista definida por raça, gênero e sexo. Isso não é um distanciamento do feminismo marxista, mas uma expansão dele em vista da política de libertação *queer*.

Na primeira parte deste artigo, eu mapeio rapidamente a política surgida com o movimento de libertação lésbica e gay. Acredito que o diálogo crítico com essas políticas “autóctones” seja crucial para a análise do feminismo marxista e *queer*. Na segunda parte, desenvolvo uma análise feminista, marxista e *queer* que evidencia e explica a política sexual predominante atualmente. Pretendo demonstrar que esse tipo de análise fornece dados sobre aspectos da existência *queer* que não são examinados pelas teorias *queer* pós-modernas nem pelas abordagens liberais que tendem a dominar o trabalho teórico nessa área.

Devo salientar desde o início que este estudo é parcial. Seu foco reside principalmente nas condições de lésbicas e gays nos países capitalistas mais desenvolvidos. Ele não examina as diversas lutas em torno das políticas, práticas homossexuais e/ou identidades sexuais que se desenvolveram no terceiro mundo ou no antigo bloco soviético.⁸

A política de libertação lésbica e gay

O movimento pela libertação homossexual acabou por desenvolver um ambicioso projeto de emancipação sexual. Uma análise marxista feminista da libertação sexual precisa resgatar aspectos desse projeto. O movimento surgiu de um protesto em resposta a uma batida de rotina da polícia no bar Stonewall Inn, em Nova York, em 1969. Nascido de um motim, ele marcou um agudo distanciamento com relação às formas anteriores de organização homossexual: enfatizava a visibilidade (centrada na importância de “sair do armário”), a militância (mobilização para confronto do poder) e o fim da regulamentação sexual e do monopólio do sistema familiar compulsório (através do qual o Estado passava a ser o único determinante do que são relacionamentos aceitáveis). Em contraste, os movimentos mais moderados e voltados a reformas (pré e pós-Stonewall) enfatizam a respeitabilidade, o ingresso em instituições de poder estabelecidas e a assimilação em uma concepção estendida de família (veja Sears, 2000, p.23).

8 Peter Drucker (2000) apresenta uma poderosa perspectiva global, que desafia a estreiteza de grande parte das análises da existência homossexual.

Em seu início, o movimento de libertação gay pós-Stonewall desenvolveu uma política devassa⁹ intensamente erotizada. A política sexual e libertária gay surgida do movimento representou um tipo de utopismo sexual, que via o erótico como espaço de libertação.¹⁰ Essas políticas eram utópicas porque localizavam os espaços da prática sexual como lugares de liberdade, nos quais as relações opressivas do mundo cotidiano, e principalmente do mundo cotidiano diurno, eram superadas.¹¹ O movimento de libertação gay combinava as demandas por direito à privacidade, expulsando o Estado de nossos quartos e de nossas vidas sexuais, com as demandas pelo direito de levar o sexo para fora das quatro paredes em direção a espaços definidos como públicos e, por conseguinte, assexuais. Resumindo: a política devassa pretendia tirar a sexualidade em si do armário.

Em sentido amplo, essa política foi revolucionária (ver Teal, 1995, p.156). A libertação gay surgiu no contexto da nova esquerda das décadas de 1960 e 1970, que tendia a rejeitar mudanças conduzidas por meio de instituições estabelecidas. O utopismo sexual do movimento identificava o sexual como um elemento crucial para a transformação da sociedade, fornecendo tanto uma visão pré-figurativa de um mundo melhor quanto um espaço de luta contra a coerção. A política de libertação gay frequentemente insistia, pelo menos de alguma forma rudimentar, que a liberdade sexual exigia uma transformação social mais ampla para eliminar o sistema de gênero e outras formas de desigualdade (Seidman, 1993, p.113-16).

Essa política devassa foi crucial para o ativismo do movimento contra o policiamento sexual, tal como a mobilização que levou milhares de pessoas às ruas de Toronto contra a prisão em massa realizada durante uma batida policial em saunas gays da cidade em 1981. Ela também forneceu uma base política crucial para o ativismo de AIDS,¹² insistindo no papel da liberdade sexual como pré-condição para segurança ante as medidas de policiamento homofóbicas e antissexuais determinadas pelo Estado e pelos órgãos de saúde pública. Ativistas de AIDS, informados pela libertação gay, deram foco ao desenvolvimento de práticas sexuais mais seguras promovendo a agência sexual pela garantia de maior acesso a informações e recursos, enquanto, em contraste, o estado pretendia reduzir a agência sexual, impondo regulamentações externas e coercitivas.

9 No original, *bawdy politics*, que poderia ser traduzida alternativamente como política do obsceno ou política vulgar, mas levaria à perda do sentido casual e o tom de humor que a *bawdy* expressa. (N.R.T.)

10 Veja os romances de John Rechy (por exemplo, Rechy, 1975) para obter uma visão desse utopismo sexual, explorando o prazer e o perigo do subterrâneo do sexo. Meu primeiro contato com essas políticas foi através do jornal *Body Politics*. Veja Jackson e Persky, 1982, para conferir uma coleção de artigos da *Body Politics*.

11 Baseei minha ideia de culturas diurnas e noturnas em Bryan Palmer, 2000.

12 No original, *AIDS activism*, que optamos por traduzir por “ativismo de AIDS” porque não se trata de uma luta simplesmente pautada no combate à AIDS, já que há frentes de trabalho que lutam pela manutenção do bem estar, pelos direitos civis e pela visibilidade dos/as soropositivos/as. Também não se trata de uma luta encampada apenas por soropositivos/as como poderia ficar implícito na expressão “ativismo soropositivo”. (N.R.T.)

Há muito a se celebrar a respeito dessa política devassa da libertação gay e há também aspectos a se resgatar. Ao mesmo tempo, ela era permeada por um problema temível, que acabou por gerar um completo impasse. A política de libertação gay era tão aficionada pela libertação erótica que acabou por ignorar as relações de poder inerentes à sexualidade e ao gênero. Primeiramente, isso significou excluir amplamente as mulheres, que sabiam por experiência própria, graças à política emergente do feminismo da “segunda onda”, que a prática da sexualidade estava saturada de relações de poder. Essa política era também cega para as relações de poder entre homens, enraizadas em relações sociais mais amplas de classe, raça e etnia, normas de gênero, desejo e idade.

O feminismo lésbico se desenvolveu como ponto político geral de referência entre as lésbicas radicalizantes, em lugar da libertação gay. Ele devotava grande atenção às maneiras pelas quais o poder patriarcal e outras formas de desigualdade conformavam o âmbito da sexualidade. A abordagem de Adrienne Rich (1980) sobre as relações da heterossexualidade compulsória é talvez a principal declaração da política feminista lésbica. Ela argumentava que a teoria feminista deveria ser baseada na compreensão da “imposição da heterossexualidade às mulheres como forma de garantir o direito masculino ao acesso físico, político, econômico e emocional” (Rich, 1980, p.647).

Assim, a prática da intimidade entre mulheres tinha um “conteúdo político”, já que era construída sobre a rejeição à heterossexualidade compulsória (Ibid., p.659). O feminismo lésbico possuía seu próprio utopismo, fundamentado pela prática da liberdade em espaços reservados para mulheres. O Michigan Womyn’s Music Festival, as danças *womyn* e eventos similares criaram espaços nos quais as mulheres tinham liberdade para inventar novas formas de expressão fora do alcance da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória.

Em contraste com a política sexual de “vale tudo” da libertação gay, o feminismo lésbico era altamente sensível à conexão entre práticas sexuais e desigualdade social. Mesmo entre mulheres, práticas como o sadomasoquismo, fundamentadas na relação de domínio e subordinação, eram compreendidas como uma extensão das relações patriarcais. Sally Roesch Wagner escreveu: “Mas tendo desenvolvido comportamentos e atitudes sexuais a partir da ideologia patriarcal, grupos de homossexuais e lésbicas que praticam o sadomasoquismo estão conformando agora sua expressão sexual a esse desequilíbrio de poder heterossexual e patriarcal” (Wagner, 1982, p.37). De fato, as feministas lésbicas focavam tão intensamente nas relações de poder dentro da sexualidade e tendiam a compreendê-las de forma tão reducionista (ignorando, por exemplo, o complexo papel dos jogos e da fantasia no prazer sexual), que frequentemente acabavam por minimizar a política do prazer em suas próprias teorias e práticas.¹³ Ao mesmo tempo, o movimento se baseava

13 Com base nas críticas às políticas sexuais de lésbicas e feministas radicais em Segal, 1994; Valverde, 1985; e Wilson, 1993b.

em uma importante corrente política de emancipação do corpo que emergiu do movimento pela saúde feminina (exemplificado no livro *Our Bodies, Our Selves*).¹⁴

Assim, estava montado o cenário para confrontos um tanto amargos entre as políticas de libertação gay e do feminismo lésbico, rastreados, por exemplo, por Ross (1993). Elas representavam visões muito diferentes de libertação, cada qual ancorada em suas próprias concepções de sexo e intimidade, em seus próprios espaços utópicos e em seu próprio reducionismo: enquanto os libertários gays tendiam a reduzir sexualidade a liberdade, as feministas lésbicas tendiam a reduzi-la a poder.

A primeira geração da política libertária surgida após Stonewall encontrou problemas para superar o impasse entre uma política sexual libertária associada primariamente a homens gays e a uma política lésbica feminista. Ao curso dos anos 1980, uma corrente de análise socialista feminista, fortemente influenciada pelas experiências da libertação lésbica e gay, começou a desenvolver sua própria abordagem da política sexual que encontrou espaço de expressão na revista *Rites* e em uma variedade de livros e artigos importantes publicados na época (entre os quais Burstyn, 1985; Kinsman, 1987; Valverde, 1985; e Vance, 1984). A corrente do feminismo socialista pretendia reconciliar o modo como o liberacionismo sexual abordava as regulamentações sexuais e do Estado com uma compreensão sensível dos modos como as práticas sexuais estavam mergulhadas nas relações de poder e desigualdade. Infelizmente, a emergência dessa política sexual coincidiu com a dramática marginalização do pensamento marxista e do socialismo organizado. Embora trabalhos importantes continuem sendo desenvolvidos dentro dessa tradição, a corrente socialista interna à organização *queer* tendeu a ser minoritária ao longo dos últimos 15 anos.

Devido à marginalização do pensamento marxista e do socialismo organizado na década de 1980, o ressurgimento de um movimento *queer* mais militante no final da década foi compreendido em grande medida em termos das teorias *queer* pós-modernas. O final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 foram marcados pela guinada do movimento homossexual em direção a uma política mais moderada, focada em reformas. Essa versão foi questionada no final dos anos 1980, quando uma minoria radical ligada ao ativismo de AIDS fundou o ACT UP (originalmente em Nova York e, depois, em outras cidades) e o AIDS Action Now! (em Toronto), entre outras organizações. O movimento *queer* radical nasceu do ativismo de AIDS, com a formação (não filiada) das organizações *queer* Nation e movimentos similares em diversos locais.

Portanto, o período representa um divisor de águas na política dos movimentos lésbico, gay e *queer*. A teoria *queer* pós-moderna alega ser a única expressão teórica da política radical que então reemergiu. As novas políticas *queer* que

14 Foi Charlene Seen quem me lembrou dessa dimensão das políticas corporais lésbicas e do feminismo radical, desafiando-me em meu próprio reducionismo.

emergiram no início dos anos 1990 apresentaram três dimensões distintas, conectadas de muitas maneiras, mas não passíveis de serem reduzidas umas às outras: movimentos *queer*, identidades *queer* e teoria *queer*.

O desenvolvimento da “*queer Nation*” e outras organizações similares no início dos anos 1990 representou um distanciamento significativo das estratégias reformistas e moderadas que dominaram as políticas lésbica e gay da década anterior. Esse distanciamento radical foi frequentemente expressado em termos de uma perspectiva antiassimilacionista, rejeitando a ideia de uma luta moderada por direitos civis que exigisse nosso lugar “de direito” em um mundo heterossexual e estático (Kinsman, 1996, p.299-300).

O slogan da *queer Nation*, por exemplo, “*bash back*” (“rebata”), convocava uma resposta militante e ativa por seus próprios meios contra a violência anti *queer*, em vez de recorrer à polícia ou contar com as autoridades para garantir a própria segurança (Berlant; Freemant, 1993, p.206-7). De várias maneiras, os novos movimentos *queer* representaram o renascimento de um liberacionismo gay centrado na militância, na visibilidade e na abolição do sistema familiar compulsório. Esses movimentos tenderam a ter organizações que duraram pouco, mas deixaram um legado importante.

Ao mesmo tempo, observou-se no período a suplantação de identidades lésbicas e gays mais antigas por novas identidades *queer* em algumas camadas da população. Watney (1993, p.123) formulou esse raciocínio em termos explicitamente geracionais: “Há certamente provas abundantes de que os modelos de identidade lésbica e gay estabelecidos no início da década de 1970 estão se mostrando inadequados para um número crescente de pessoas que os herdaram nos anos 1990 [...]”. Alguns ativistas mais jovens enxergavam essas identidades antigas como camisas de força que inseriam alguns *queer* como “outros” toleráveis nas relações sociais existentes de gênero e sexualidade, mas marginalizavam outros, entre os quais os bissexuais e transgêneros (Gamson, 1996, p.401-6). A identidade *queer* questiona algumas restrições das identidades “lésbica” e “gay”, apesar de, ao mesmo tempo, sacrificar a especificidade e arriscar-se a reproduzir a invisibilidade gay e, particularmente, a invisibilidade lésbica (veja Grosz, 1995, p.249, n.1).

A teoria *queer* surgiu mais ou menos na mesma época que os movimentos e identidades *queer* discutidos acima. Talvez a premissa central dessa vertente seja expressada por Sedgwick:

A compreensão de praticamente qualquer aspecto da cultura ocidental moderna deve ser não somente incompleta, como também comprometida, em função da medida em que não incorpora uma análise crítica da definição moderna de homossexualidade e heterossexualidade. (Sedgwick, 1991, p.1)

Vista desse modo, a teoria *queer* não é uma política sexual, mas sim um relato da cultura contemporânea que tem a sexualidade como ponto inicial. Assim

como o marxismo ou o feminismo, ela não é um corpo teórico único, mas uma variedade de posições contestadas que tomam por referência vertentes da teoria foucaultiana, pós-estruturalista e pós-moderna. Essas vertentes tendem a compartilhar raízes em uma abordagem de novos movimentos sociais que rejeita abertamente o marxismo (Seidman, 1993, p.108). Stein e Plummer questionaram a ideia de que a teoria *queer* emergiu diretamente como expressão teórica do novo movimento *queer*:

A teoria *queer*, um movimento acadêmico – de fato, um movimento acadêmico elitizado, centrado, ao menos inicialmente, nas mais prestigiadas instituições estadunidenses –, está indiretamente relacionada à emergência de uma política *queer* cada vez mais visível, uma forma confrontadora de ativismo de base corporificada pelo movimento ACT UP, pela *queer* Nation e por outros grupos de ação direta ao longo da última década. (Stein; Plummer, 1996, p.132-33)

Rumo a um feminismo marxista e *queer*

Nos parágrafos acima, tracei uma relação histórica entre o surgimento dos movimentos de libertação lésbica e gay e o desenvolvimento de certas abordagens teóricas da política sexual. Ao final dessa história, restam-nos a teoria *queer* pós-moderna e diversas abordagens liberais como ferramentas dominantes para a análise dessas lutas. Entretanto, essas abordagens não explicam o fenômeno representado pelas importantes conquistas gays e lésbicas dos últimos vinte anos, durante um período em que o centro de gravidade político pendeu substancialmente para a direita. Como notou Elizabeth Wilson, o movimento *queer* “conseguiu avançar no momento em que tudo ao redor retrocedia” (Wilson, 1993a, p.115). No que segue, argumento agora que um feminismo marxista e *queer* nos ajuda a entender como as conquistas alcançadas pelos *queer* são resultado tanto de uma mobilização bem-sucedida quanto da reestruturação do capitalismo.

Mobilização. A mobilização militante e desafiadora tem sido recurso recorrente da política *queer* desde o nascimento do movimento atual, logo após os protestos de Stonewall. Esse padrão de militância é fundamentado por quatro fatores. Primeiramente, uma resposta militante e ativista à AIDS que foi impulsionada pela morte e pelo sofrimento nas nossas comunidades e pelas ações das autoridades, que foram de inúteis a obstrucionistas. O cálculo do movimento era claro: silêncio = morte; ação = vida. Em segundo lugar, a falta de acesso de homossexuais à cidadania plena fomentou a desconfiança nas instituições oficiais, particularmente na polícia, que não conseguia efetivamente alegar neutralidade quando atuava claramente na linha de frente da regulamentação sexual coercitiva. Em terceiro lugar, a influência do feminismo lésbico e da política de libertação gay significou que muitos de nós saímos do armário adotando uma identidade politizada, baseada em uma comunidade ativista que incluía publicações, espaços e redes pessoais

informais. Para boa parte da comunidade, tornar-se gay ou lésbica não representava apenas uma escolha pessoal: era também um compromisso político. Ainda nos resta discutir se nossas identidades *queer* vêm perdendo seu caráter politizador na medida em que caminhamos em direção à cidadania plena. Por último, os movimentos *queer* foram alimentados por uma energia transgressora e jovem, que sustentou seus ativistas de formas específicas (veja Wilson, 1993a, p.115-16).

A mobilização era necessária, mas não suficiente para explicar as conquistas *queer*. Outros se mobilizaram no mesmo período sem atingir o mesmo sucesso. Os movimentos antirracistas, por exemplo, lutaram muito e, apesar de importantes vitórias na abertura de certos espaços, a tendência geral nesse período de guinada à direita levou à repressão racial aos *people of color*. Acredito que algumas das diferenças podem ser explicadas pelo caráter dos espaços que foram abertos ou fechados durante o processo de reestruturação capitalista ocorrido em meados da década de 1970. Um relato feminista marxista e *queer* desse processo oferece informações singulares sobre o momento atual da política sexual.

Novos espaços e reestruturação do capitalismo

Os países capitalistas mais desenvolvidos passaram por grandes mudanças em termos de políticas sociais nos últimos trinta anos. Programas sociais do estado de bem-estar social ampliado foram cortados, ao mesmo tempo que se observou um aumento do policiamento coercitivo. O Estado de bem-estar social ampliado foi um modo particular de regulamentação moral, que buscava conformar as práticas reprodutivas da população por meio de benefícios e programas que ofereciam uma sensação de segurança e pertencimento a alguns setores da classe operária. Corrigan e Sayer argumentam que os Estados “definem, em grande detalhe, as formas e imagens aceitáveis para a atividade social e para a identidade social e coletiva” (Corrigan; Sayer, 1985, p.3). O objetivo do Estado de bem-estar social ampliado era reproduzir a forma da família heterossexual com base em uma divisão do trabalho definida por gênero e raça (Wilson, 1977; Ursel, 1989).

A mudança do Estado de bem-estar social ampliado para as novas formas de política social produziu uma limitada desregulamentação moral. O Estado abriu mão de algumas das ferramentas antes utilizadas para tentar conformar a moralidade da população. Ao longo de grande parte do século XX, a política social buscou inculcar valores de prudência e temperança aos integrantes da classe operária. No entanto, esses valores podem ser um impedimento ao consumismo e ao hedonismo de mercado dessa classe. A mudança em direção ao mercado causou diversas formas de desregulamentação, da legalização de jogos de azar à redução da censura. Nearly e Taylor (1998) defendem que a legalização desses jogos condiz com a formação de um novo tipo de cidadania, orientado para o risco, em contraposição à segurança fundamentada na seguridade social. Portanto, o reconhecimento de certos direitos homossexuais, nessa situação de desregulamentação moral, ocorre

em considerável paralelo à legalização dos jogos de azar em cassinos e loterias e da desregulamentação do transporte viário. O Estado se retirou de algumas áreas de controle regulatório e as entregou ao mercado amoral.

Ao mesmo tempo surgiram novos modos de policiamento coercitivo, como controles migratórios mais rígidos, testes de toxicologia para funcionários, policiamento “direcionado” em centros urbanos e o abuso regulatório de indivíduos atendidos pelos programas de assistência social. Parenti (1999) descreve o fenômeno sugestivamente como o “fechamento dos Estados Unidos”. A associação ideológica dos mercados com a liberdade de escolha depende do esquecimento da supressão histórica e contemporânea que é necessária para transformar as pessoas em vendedoras de sua força de trabalho e compradoras de mercadorias e serviços (veja McNally, 1993; Thompson, 1993). A orientação mais intensificada ao mercado, associada com a reestruturação contemporânea do capitalismo e com o desenvolvimento do Estado neoliberal exige que novos mecanismos de coerção suprimam as alternativas e estabeleçam normas para as identidades mercantilizadas.

Os *queers* são vítimas de diversos aspectos dessa aguda guinada coercitiva. Novas modalidades de policiamento sexual surgiram em decorrência da intensificação da vigilância em espaços “públicos”, incluindo ações de combate ao sexo em parques, banheiros e “salas de fundo” em bares (veja Kinsman, 1996, p.361). As comunidades de jovens em situação de rua, em que é muito alta a porcentagem de jovens *queers*, passaram a sofrer novos tipos de assédio, assim como vem a ser o caso de profissionais do sexo. A polícia ampliou a vigilância sobre as “salas de fundo” em bares de homens de Toronto e saunas lésbicas sofreram batidas policiais. Ao mesmo tempo, a ascensão de políticas de assistência social abertamente pró-casamento penalizava relacionamentos homoafetivos, mães e pais solteiros (principalmente mães).

Em resumo, as mudanças nas políticas públicas criaram, ao mesmo tempo, aberturas para direitos civis *queers* e novas formas de policiamento coercitivo contra essa população. O balanço final é dado pela intensificação das polarizações existentes dentro das comunidades *queers*. Direitos de gays e lésbicas fazem a diferença, particularmente para aqueles em relacionamentos monogâmicos reconhecidos, com empregos e renda estáveis, assumidos, que conseguem sustentar determinado “estilo de vida” e que o escolhem ou não são excluídos dele. Aqueles que não se assumem devido ao medo, a outros compromissos de vida ou às raízes culturais que excluem a possibilidade de uma vida gay ainda tendem a viver suas vidas sexuais com temor. De fato, quem está nessas situações tem maior vulnerabilidade às crescentes atividades coercitivas do Estado e à erosão dos programas sociais como um todo.

Essa desregulamentação moral limitada é apenas uma das dimensões de um processo mais amplo de mercantilização intensificada associada à reestruturação

contemporânea.¹⁵ A expansão das relações de mercado é outra; elas adentraram muito mais profundamente nosso cotidiano e as alternativas ao mercado (como os programas sociais) foram degradadas ou eliminadas. A vida lésbica e gay aberta prosperou primariamente em formas mercantilizadas: bares, restaurantes, lojas, cafés, propagandas, moda e cosméticos, celebrações comerciais do Dia do Orgulho Gay patrocinadas por corporações. O estágio inicial do movimento pós-Stonewall assistiu à criação de uma variedade de espaços não comerciais, como centros comunitários, publicações sem fins lucrativos (como a *Body Politics* e a *Gay Community News*), festas de comunidade e reuniões do grupo; mas foram perdendo força diante do desenvolvimento e fortalecimento do setor comercial gay e lésbico.¹⁶

A mercantilização intensificada contribuiu, então, para o desenvolvimento de espaços abertos à existência lésbica e gay. Assim, a investigação teórica dos processos de mercantilização é uma contribuição importante para a compreensão da vida desses grupos, na medida em que se desenvolveu como um estilo de vida alternativo dentro do capitalismo. Esse processo foi explorado nos trabalhos pioneiros de John D’Emilio (1992 [1983]) e, mais recentemente, de Danae Clark (1991), Kevin Floyd (1998) e Rosemary Hennessey (2000).

Michael Warner argumenta que a mercantilização da vida *queer* põe um problema à teorização marxista, pois sugere que os espaços abertos para a vida homossexual são produtos específicos do capitalismo altamente desenvolvido: “A cultura gay, em sua versão mais visível, não é nem um pouco alheia ao capitalismo avançado e às características veementemente repudiadas por muitos integrantes da esquerda” (Warner, 1993, p.xxxi, n.28). É de fato difícil para as abordagens marxistas compreenderem a contradição representada pela abertura de espaços para as culturas lésbica e gay durante a reestruturação capitalista.

Entretanto, isso não quer dizer que nosso sentimento anticapitalista deva ser neutralizado. De fato, o feminismo marxista e *queer* oferece ferramentas para compreendermos como a mercantilização da vida pública homossexual distorceu nossas comunidades. A natureza das relações de mercado determina que o acesso a produtos e serviços seja baseado não na necessidade ou no desejo, mas na capacidade de se pagar por eles. Uma comunidade estruturada ao redor de espaços públicos mercantilizados é economicamente excludente. Nem todo mundo tem dinheiro (ou o gosto característico à classe¹⁷) para se vestir, cortar o cabelo e

15 *Mercadoria* é uma coisa ou um serviço produzido para venda no mercado. *Mercantilização* é o processo pelo qual coisas e serviços se transformam em bens de mercado.

16 Esses espaços não comerciais representaram, em certa medida, uma alternativa aos bares pertencentes a heterossexuais que tendiam a ser gerenciados por máfias, como grande parte do submundo do capitalismo de mercado (representado, por exemplo, pelas drogas e jogos de azar). Por exemplo, um folheto de um “movimento da juventude homófila” produzido logo após Stonewall exigia o seguinte: “Tirem a máfia e a polícia dos bares gays” (Teal, 1995, p.8-9).

17 Baseio-me no argumento de Bourdieu de que o cultivo de gostos específicos é marca crucial de classe nas sociedades capitalistas (Bourdieu, 1984).

usar os acessórios esperados, ou para socializar nos lugares da moda. Mulheres têm menor probabilidade de acessar um circuito público comercial lésbico, pois a divisão do trabalho é permeada por um forte componente de gênero e tende a delegar a elas posições econômicas inferiores, bem como a responsabilidade por atividades “privadas” e domésticas. Por sua vez, é pouco provável que os homens de baixa renda consigam um lugar ao sol.

Amber Hollibaugh (2001) escreveu sobre a importância de questionar a crença de que “*queer* não pode ser pobre”: “O mito da nossa riqueza é tão enraizado que até mesmo outros gays parecem acreditar nele”. Uma sólida fonte para esse mito é o caráter excludente dos espaços gays e lésbicos. Os *queers* de baixa renda são invisíveis porque não conseguem circular no domínio mercantilizado da visibilidade lésbica/gay. Hollibaugh afirma, de fato, que os *queers* são, com frequência, particularmente vulneráveis à pobreza:

A pobreza e a completa destituição podem atingir qualquer um – e quanto mais *queer* você é, menos redes de seguranças existem para ajudar você a manter a estabilidade ou a sair do fundo do poço. Ser *queer* intensifica a pobreza e cria dificuldades para lidar com o sistema de serviço social.

Uma investigação do impacto das relações de mercado sobre o caráter das comunidades lésbicas e gays vai além da questão do acesso ao caráter dos negócios que organizam o espaço *queer*. Esses negócios (bares, cafés, lojas, restaurantes, indústrias da moda e da beleza) são eles mesmos locais de trabalho estratificados por classe. É necessário propor novas pesquisas sobre as relações sociais específicas da economia de serviço *queer*. É importante também notar que esses espaços são sustentados pelo trabalho de funcionários que podem estar dispostos a aceitar salários mais baixos em troca do relativo conforto de trabalhar em um ambiente *queer* (embora tal hipótese exija maiores investigações). Também é importante ouvir mais esses trabalhadores para compreender as recompensas e punições envolvidas nesses espaços que são espaços de trabalho (e o são certamente no caso daqueles configurados para homens gays) frequentemente estetizados e sexualizados.¹⁸

Para compreender o conceito de classe internalizado por essas comunidades, precisamos, é certo, ir além desses espaços específicos. A maior parte da classe trabalhadora que compõe as comunidades *queer* tem pouco acesso a eles. As classes profissionais, empresariais e gerenciais vêm atuando cada vez mais como porta-vozes das nossas “comunidades” (veja Kinsman, 1996, p.300). Talvez isso esteja mudando um pouco. Ao longo dos últimos anos, organizações *queers* dentro dos movimentos sindicais passaram a dar voz a ativistas homossexuais dentro

18 Baseio-me em ideias surgidas após a leitura de Hennessey (2000, p.211-12) e Hochschild (1983) sobre o papel específico da administração das emoções no trabalho social.

desses sindicatos e à classe trabalhadora dentro de nossas comunidades. Isso é importante, em parte porque o movimento de trabalhadores tem sido frequentemente um importante aliado para as lutas lésbicas e gays.¹⁹ Eu arriscaria dizer que os progressos do movimento *queer* por direitos civis no Canadá foram mais significativos que nos Estados Unidos, em parte, graças ao caráter mais militante do seu movimento de trabalhadores.²⁰ Muitas das principais conquistas (não discriminação com base em orientação sexual, benefícios plenos para parceiros domésticos homoafetivos) foram estabelecidas em acordos coletivos antes de serem universalizados na legislação provincial ou federal.²¹ Além disso, a proteção contratual conquistada pelos sindicatos forneceu base de segurança crucial para a existência homossexual romper as barreiras do confinamento noturno e penetrar na vida cotidiana (na qual os trabalhos doméstico e assalariado são centrais).

Claro que, para fazer justiça às questões relacionadas à classe e ao movimento *queer*, nós precisaríamos ir além do que posso explorar neste artigo. Seria útil examinar a relação entre a ascensão da normatividade de gênero nos movimentos lésbicos e gays pós-Stonewall e a divisão do trabalho definida por gênero dentro do capitalismo.²² Isso se faz particularmente importante na medida em que o *status* marginalizado das pessoas transgênero dentro das comunidades lésbicas e gays contemporâneas espelha sua posição em um mercado de trabalho altamente definido pelo gênero e normativo quanto ao gênero (veja Hirschman, 2000). É possível que nossa segurança nesses espaços de trabalho tenha sido conquistada ao custo do isolamento de transgêneros e de outros rebeldes a gêneros que não podem ou não querem se conformar a normas de gênero.

Uma análise teórica da mercantilização dos espaços homossexuais deve, pois, prestar atenção nos modos pelos quais a existência *queer* conforma e é conformada pelas relações de classe. A mercantilização também tem grande impacto sobre como o desejo é vivido na sociedade capitalista contemporânea. Toda a nossa experiência com nossos corpos, com o erotismo e com a intimidade é determinada pela penetração das relações de mercado em todos os espaços da vida social.

19 Veja as coleções editadas por Hunt (1999) e Krupat e McCreery (2001) para uma análise detalhada da organização de lésbicas, gays, transgêneros e bissexuais dentro dos sindicatos e o desenvolvimento de alianças entre trabalhadores e gays.

20 Há também outros fatores. Para uma análise interessante dessas questões, veja Adam, 1999.

21 O CUPW, sindicato dos trabalhadores dos correios, viu a proteção contra a discriminação com base em orientação sexual ser adicionada aos contratos em 1981, quando apenas Quebec havia incluído tal artigo no código de direitos humanos (veja Jackson e Persky, 1982). Os bibliotecários do CUPE foram pioneiros na conquista de benefícios para uniões homoafetivas em meados da década de 1980 (veja Kinsman, 1996, p.312). As uniões homoafetivas somente foram reconhecidas pela legislação no final dos anos 1990, quando já estavam presentes em acordos coletivos, principalmente no setor público.

22 Donna Cartwright (2000) faz uma importante análise sobre a crescente normatividade de gênero dentro dos movimentos lésbicos e gays desde Stonewall.

Ao analisar o fetiche da mercadoria, Marx argumentava que os produtos assumiam propriedades aparentemente mágicas no mercado devido ao obscurecimento de suas origens no trabalho humano ativo. Nas relações sociais capitalistas, as realizações dos trabalhadores são separadas deles e parecem se tornar propriedade de seus produtos. Esse é um processo de abstração, no qual os trabalhos concretos realizados pelos próprios corpos vivos dos trabalhadores são transformados em quantidades de valor cristalizadas em mercadorias. Esse processo de abstração tem um profundo impacto sobre a forma que vivemos em nossos próprios corpos. David McNally escreveu que, na produção capitalista, “as mercadorias são desprendidas de suas origens no trabalho concreto de indivíduos humanos, e esse se torna modelo para todos os modos de abstração que caracterizam a cultura e o pensamento burgueses: ao longo de todo o processo o corpo é esquecido” (McNally, 2001, p.224).

Esse processo de esquecimento do corpo é crucial para nossa compreensão das sexualidades contemporâneas. O desejo é deslocado de nossos corpos para as mercadorias que parecem conter tudo que há de melhor na humanidade. A indústria da publicidade procura mobilizar esse deslocamento, nos lembrando do caráter sexy que essencialmente há em cada produto (carros, roupas íntimas, cerveja, pop etc.) – exceto nas camisinhas, cuja publicidade acontece em termos de segurança fria e racional. Corpos só se tornam sexy se podem participar do encanto das mercadorias, por meio da moda (roupas, cortes de cabelo, *piercings*, tatuagens), por meio da fotografia e da filmagem (onde as imagens dos corpos são mais atraentes do que os corpos reais) ou pela indústria *fitness*, pela qual buscamos remodelar nossos corpos de maneira a conformá-lo às imagens propagadas nas fotografias e no cinema.

Em parte, o espaço *queer* mercantilizado parece ser dividido em nichos, nos quais os indivíduos vivem sua sexualidade através da compra de produtos e serviços específicos. Esses nichos de mercado operam largamente em espaços específicos, onde estilos recebem significados particulares (veja Mort, 1996, p.175-82). É muito menos comum encontrar esses nichos voltados ao público lésbico do que ao público gay masculino. Danae Clark (1991, p.182) afirma que as lésbicas não são vistas como um grupo de consumidoras-alvo, porque não representam grande força econômica nem são identificadas como tal. Mesmo sem um nicho de mercado espacialmente identificado, novas formas de estilo lésbico emergiram na década de 1990, frequentemente compreendidos em contraposição à hostilidade feminista lésbica ao estilo mercantilizado que o precedeu (veja Clark, 1991, p.184-5).

Nesse contexto de mercantilização, uma pessoa ganha visibilidade como *queer* somente através da mobilização de produtos e serviços específicos. Outros são invisíveis, ou porque literalmente permanecem da porta para fora (por exemplo, porque não conseguem pagar pelo custo de inserção), ou porque não podem parecer “gays” e “lésbicas” se são velhos, gordos, magros demais, transgênero,

racializados, estigmatizados, deficientes ou doentes, ou claramente pobres. Essas pessoas ganham visibilidade somente como objeto de um exotismo fetichizado. Rosemary Hennessey escreveu: “A crescente circulação de imagens de gays e lésbicas na cultura de consumo tem o efeito de consolidar uma subjetividade gay imaginária, com especificidade de classe, tanto para o público hetero quanto para o público gay” (Hennessey, 2000, p.112).

Conclusão: anticapitalismo *queer*?

Nos últimos anos surgiram movimentos em busca de justiça global e contra a pobreza que, em seus momentos mais radicais, incorporaram um caráter anticapitalista. Esse é um momento importante para se considerar se existe abertura para a presença *queer* nesses movimentos. Claramente, a existência *queer* mercantilizada já foi totalmente absorvida pelas relações sociais capitalistas. Por isso, nossas comunidades existem na forma de espaços de mercado excludentes; nossa real diversidade é ofuscada pela dominação de imagens homogêneas; nossa política se restringe basicamente à reivindicação de espaços nas relações sociais existentes, conquistados através de reformas (como na música de Sinatra, “Get me to the church on time”) ou de transgressões desvinculadas de transformações (exemplificado pelo famoso bordão “*we’re here, we’re queer, get used to it!*”)²³; e nossa sexualidade é visível (embora apenas em formatos muito específicos), enquanto nossas práticas sexuais são apagadas. Sob essas circunstâncias, pode ser tentador concluir que um anticapitalismo explicitamente *queer* esteja fora de cogitação.

Uma perspectiva *queer* feminista e marxista nos oferece maneiras de vislumbrar um anticapitalismo *queer*. Muitas pessoas engajadas na prática sexual homoafetiva não conquistaram cidadania plena nem um espaço dentro das zonas públicas *queer* já existentes. As experiências brutalizantes de muitos jovens *queer* (ou tidos por *queer*) nas escolas de ensino médio é um lembrete importante do longo caminho que ainda precisamos percorrer para conquistar direitos humanos plenos (veja Frank, 1994; Smith, 1998). Uma nova agenda *queer* radical precisa ser construída em torno das necessidades, dos desejos, e das capacidades organizacionais de jovens, pobres, racializados, mulheres, pessoas transgênero, trabalhadores, pessoas que vivem com AIDS ou deficiências, idosos, pessoas com deficiência e aqueles que não querem ou não podem sair do armário. Uma importante base organizacional para essa agenda será o movimento emergente de sindicalistas *queer*, embora venha a ser necessário para eles (como é para os sindicatos) fazer muito mais para organizar os desorganizados (pessoas em locais de trabalho com fraca atuação sindical, trabalhadores temporários ou desempregados) e entre os excluídos (com base em nacionalidade, racialização, deficiência ou gênero).

O anticapitalismo *queer* nos leva de volta ao melhor da política de libertação advinda dos protestos de Stonewall: a militância, a amplitude de visão e os com-

23 Tradução livre: “Nós estamos aqui e nós somos *queer*, é melhor se acostumar com isso”. (N. E.)

promissos de transformação. Um feminismo marxista *queer* engajado fornece ferramentas valiosas para a negociação de questões complexas, responsáveis pelo impasse gerado entre a libertação gay e o feminismo lésbico, especificamente ao basear a análise da sexualidade em uma rica compreensão dos processos de reprodução social. É possível combinar uma luta festiva por liberdade sexual com um exame sério e matizado das relações de poder que conformam nossas experiências de gênero e sexualidade.

Referências bibliográficas

- ADAM, Barry D. Moral regulation in the disintegrating Canadian State. In: DUYVEN-DAK, Barry D Jan Willem; KROUWEL, Andre (eds.). *The Global Emergence of Gay and Lesbian Politics*. Philadelphia : Penns Temple University Press, 1999, p.12-29.
- BANNERJI, Himani. *Thinking Through: Essays on Feminism, Marxism a Racism*. Toronto, Canada: Women's Press, 1995.
- BARBER, John. Gay Index Good Sign of City's Potential. *Globe and Mail*, Toronto, August 8, A14, 2001.
- BERLANT, Lauren; FREEMAN, Elizabeth. *Queer Nationality*. In: WARNER, M. (eds.). *Fear of a queer Planet*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 1993, p.198-229.
- BOURDIEU, Pierre. *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- BURSTYN, Varda. *Women against Censorship*. Vancouver, BC, Canada: Doug & McIntyre, 1985.
- CARTWRIGHT, Donna. Transgender Activism after Falls City. *Against the Current*, XV, 5, 2000, p.24-28.
- CLARK, Danae. Commodity Lesbianism. *Camera Obscura*, n.25-26, 1991, p.181-201.
- COONTZ, Stephanie. *The Social Origins of Private Life: A History of American Families 1600-1900*. London: Verso, 1988.
- CORRIGAN, Philip; SAYER, Derek. *The Great Arch*. Oxford, England: Basi Blackwell, 1985.
- CRICHLLOW, Wesley. Buller Men and Batty Bwoys: Hidden men in Toronto and halifax black communities. In: GOLDIE, Terry. *In a Queer Country: Gay and Lesbian Studies in the Canadian Context*. Vancouver, BC, Canada: Arsenal Pulp Press, 2001, p.69-85.
- D'EMILIO, John. Capitalism and gay identity. In: D'EMILIO, John (eds.). *Making Trouble*. London/New York: Routledge, 1992, p.3-16.
- DRUCKER, Peter. Introduction: mapping sexualities. In: DRUCKER, Peter (eds.). *Diferent Rainbows*. London: Gay Men's Press, 2000, p.9-42.
- FERGUSON, Sue. Building on the Strengths of the Socialist Feminist Tradition. *New Politics*, vii, 2, 1999, p.89-100.
- FLOYD, Kevin. Making history: marxism, *queer* theory and contradiction in the future of american studies, *Cultural Critique*, v.40, 1998, p.167-202.
- FRANK, Blye. *Queer selves, queer in schools: young men and sexualities*. In: PRENTIC, Susan. *Sex in Schools: Canadian Education and Sexual Regulation*. Toronto, Ontario, Canada: Our Schools/Our Selves Foundation, 1994, p.44-59.

- FUSS, Diane. Inside/out. In: *Inside/Out: Lesbian Theories, Gay Theories*. New York: Routledge, 1991, p.1-10.
- GAMSON, Joshua. Must identity movements self-destruct? A *queer* dilemma. In: SEIDMAN, S. *Queer Theory/Sociology*. Cambridge, England: Blackwell, 1996, p.395-420.
- GROSZ, Elizabeth. *Space, Time and Perversion: Essays on the Politics of Bodies*. New York/London: Routledge, 1995.
- HENNESSY, Rosemary. *Profit and Pleasure: Sexual Identities in Late Capitalism*. New York: Routledge, 2000.
- HIRSCHMAN, Jo. Organizing against capitalism and state violence in San Francisco. *Paper at Rethinking Marxism Conference*. Amherst, Massachusetts, 2000.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. *The Managed Heart: The Commercialization of Human Feeling*. Berkeley, California: University of California, 1983.
- HOLLIBAUGH, Amber. They are everywhere: but we refuse to see them. Queers without money. *Village Voice*, jun. 20-26, 2001.
- HUNT, Gerald (ed.). *Laboring for Rights: Unions and Sexual Diversity Across Nations*. Philadelphia, Pennsylvania: Temple University, 1999.
- JACKSON, Ed; PERSKY, Stan. *Flaunting It!: A Decade of Gay Journalism from the Body Politic*. Toronto, Ontario, Canada: Pink Triangle Press, 1982.
- KINSMAN, Gary. *The Regulation of Desire*. Montreal, Quebec, Canada: Black Rose, 1987.
- _____. *The Regulation of Desire*. Rev. Ed. Montreal, Quebec, Canada: Black Rose, 1996.
- KINSMAN, Gary; GENTILE, Patrizia. In the interests of the state. In: *The Anti-Gay, Anti-Lesbian National Security Campaign in Canada*. Sudbury, Ontario, Canada: Laurentian University Press, 1998.
- KRUPAT, Kitty; MCCREERY, Patrick (eds). *Out at Work: Building a Gay-Labor Alliance*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 2001.
- MCNALLY, David. *Against the Market*. London: Verso, 1993.
- _____. *Bodies of Meaning: Studies on Language, Labor and Liberation*. Albany, New York: State University of New York Press, 1993.
- MORT, Frank. *Cultures of Consumption*. London/New York: Routledge, 1996.
- NEARY, Mike; TAYLOR, Graham. From the law insurance to the law of lottery: an exploration of the changing composition of the British State. *Capital and Class*, 65, 1998, p.55-72.
- PALMER, Bryan. *Cultures of Darkness: Night Travels in the History of Transgression*. New York: Monthly Review, 2000.
- PARENTI, Christian. *Lockdown America: Police and Prisons in the Age of Crisis*. London/New York: Verso, 1999.
- RECHY, John. *City of Night*. New York: Anchor, 1975.
- RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, 5, 4, 1980, p.631-660.
- ROSS, Becky. *Like Apples and Oranges: Lesbian Feminist Responses to the Politics of the Body Politic*. Fuse (May-June), 1993, p.19-28.
- RUTHERFORD, Jonathan. *Forever England: Reflections on Masculinity and Empire*. London: Lawrence and Wishart, 1997.

- SEARS, Alan. The “lean” state and capitalist restructuring: towards a theoretical account, *Studies in Political Economy*, 59, 1999, p.91-114.
- _____. *Queer in a Lean World, Against the Current*, XV, 5, 2000, p.21-24.
- SEDGWICK, Eve Koslofsky. *Epistemology of the Closet*. Berkeley, California: University of California, 1990.
- SEGAL, Lynne. *Straight Sex: Rethinking the Politics of Pleasure*. Berkeley, California: University of California, 1994.
- SEIDMAN, Steven. Identity and politics in “postmodern” gay culture: some historical and conceptual notes. In: WARNER, M. (ed.). *Fear of a queer Planet*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota, 1993, p.105-1.
- SMITH, George. The ideology of “fag”: barriers to education for gay students. *Sociological Quarterly*, 39:2, 1998, p.309-335.
- STEIN, Arlene; PLUMMER, Ken. “I can’t even think straight”: “queer” theory and the missing sexual revolution in sociology. In: SEIDMAN, S (ed.). *Queer Theory/Sociology*. Cambridge, England: Blackwell, 1996.
- TEAL, Don. *The Gay Militants: How Gay Liberation Began in America, 1969-1971*. New York: St Martin’s Press, 1995.
- THOMPSON, E. P. The moral economy of the crowd in the Eighteenth Century. In: THOMPSON, E. P. *Customs in Common*. New York: New Press, 1993, p.185-258.
- TUCKER, Scott. *The Queer Question*. Boston, Massachusetts: South End Press, 1997.
- URSEL, Jane. *Private Lives, Public Policy: 1000 Years of State Intervention in the Family*. Toronto, Ontario, Canada: Women’s Press, 1992.
- VALVERDE, Mariana. *Sex, Power and Pleasure*. Toronto, Ontario, Canada: Women’s Press, 1985.
- VANCE, Carole S. (ed.). Pleasure and danger: towards a politics of sexuality. In: *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. London: Pandora, 1984.
- VOGEL, Lise. Introduction. In: VOGEL, Lise (ed.). *Woman Questions: Essays for a Materialist Feminism*. New York: Routledge, 1995, p.1-19.
- _____. *Marxism and the Oppression of Women: Towards a Unitary Theory*. London: Pluto, 1983.
- WAGNER, Sally Roesch. Porn and the sexual revolution: the backlash of sado-masochism. In: LINDEN, R. E.; PAGANO, D. R.; RUSSELL, D. E. H.; STAR, S. L. (eds.) *Against Sadomasochism: A Radical Feminist Analysis*. East Palo Alto, California: Frog in the Well, 1982, p.32-55.
- WARNER, Michael. Introduction. In: WARNER, M. (ed.). *Fear of a queer Planet*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota, 1993, p.vii-xxi.
- WATNEY, Simon. Emergent Sexual Identities and HIV/AIDS. In: AGGLETON, P.; DAVIES, P.; HART, G. (eds.). *AIDS: Facing the Second Decade*. London: Falmer, 1993, p.13-29.
- WILSON, Elizabeth. *Women and the Welfare State*. London: Tavistock, 1977.
- _____. Is transgression transgressive?. In: BRISTOW, J.; WILSON, A. R. (eds.). *Activating Theory*. London: Lawrence and Wishart, 1993a.
- _____. Feminist fundamentalism. In: SEGAL, Lynne; MCINTOSH, Mary (eds.). *Sex Exposed: Sexuality and the Pornography Debate*. New Jersey: Rutgers University, 1993b.

Resumo

Lésbicas e gays estão prestes a conquistar a cidadania plena no Canadá e em vários países da Europa. Isso representa uma mudança notável, trinta e cinco anos depois do início do movimento contemporâneo pela libertação homossexual iniciado pelos motins de Stonewall. Essas conquistas são produto de um movimento social cuja história é fortemente marcada pela mobilização militante. Simultaneamente, o processo de reestruturação do capitalismo abriu espaço para a existência lésbica e gay. A penetração cada vez mais profunda do mercado na vida cotidiana criou espaços para formas mercantis da existência homossexual, representada por bares, restaurantes, publicações comerciais, modas e cortes de cabelo. O capitalismo acomodou elementos da existência lésbica e gay, ao defrontar frequentes mobilizações, concomitantemente abrindo e fechando espaços para as práticas dessas comunidades. A era da cidadania e da mercantilização da homossexualidade abre novas possibilidades para políticas anticapitalistas, *queer* e marxistas-feministas.

Palavras-chave: anticapitalismo; *queer*; lésbicas; gays.

Abstract

Lesbians and gays are on the verge of winning full citizenship in Canada and a number of Western European countries. This represents a remarkable change in the 35 years since the contemporary lesbian and gay liberation movement was launched out of the Stonewall riots. These gains are the product of a social movement with a strong history of militant mobilization. At the same time, the process of capitalist restructuring has opened some of the space for lesbian and gay existence. The penetration of the market deeper into everyday life has created spaces for commodified forms of lesbian and gay existence, oriented around bars, restaurants, commercial publications, fashions and hairstyles. Capitalism has accommodated elements of lesbian and gay existence in the face of ongoing mobilizations, opening certain spaces for lesbian and gay life while at the same time shutting down others. The era of lesbian/gay citizenship and commodification opens new possibilities for anti-capitalist queer marxist-feminist politics.

Keywords: anti-capitalism; queer; lesbians, gays.